

**ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para proceder à leitura da ata da Sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Sexagésima Terceira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Setenta e Três da Sexagésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 310/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 133/2026, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 613/2026, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 2.678/2026, do Ministério dos Transportes; Ofício nº 13/2026, do Detran de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 232, 286, 434 a 438, 475 a 477, 491 e 494/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 232/2026, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 176/2026, da Prefeitura Municipal de Corguinho; Ofícios nºs 78 a 84/2026, da Motiva Pantanal; e-mail de Auren Energia S.A.; Cartas nºs 714, 715 e 724/26, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados João César Mattogrosso, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Junior Mochi, Paulo Duarte, Professor Rinaldo Modesto, Gleice Jane, Mara Caseiro e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Pedrossian Neto, Gerson Claro, Marcio Fernandes e Zé Teixeira. O deputado Pedro Kemp agradeceu a presença da senhora Eliete Oliveira do Amaral, presidente da Associação de Fibromialgia de Mato Grosso do Sul, em nome de todos que a acompanhavam no Plenário. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Professor Rinaldo Modesto. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 81/2026, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 82/2026, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Ana Rosa Garcia; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de José Arruda de Farias; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos familiares do Professor Fábio Souza;*

*requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à equipe do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, que representou o estado no Desafio Nacional de Salvamento Veicular e Trauma, realizado durante o II Congresso Nacional de Emergências e Segurança Viária – Conesv 2026, na cidade de Cuiabá (MT); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares abaixo nominados, integrantes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope/MS) e da Seção de Inteligência; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à estudante Isabella de Freitas Mopuranga e à professora Mariany Reis, da Escola Estadual Viriato Bandeira, localizada no município de Coxim; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada à senhora Priscilla da Silva Queiroz, em reconhecimento ao êxito na organização do “Arraiá da Mata do Jacinto 2026”, evento que se consolidou como uma das maiores e mais tradicionais festas comunitárias de Campo Grande, promovendo a cultura popular, fortalecendo a economia local e incentivando a integração social; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João César Mattogrosso, endereçada ao senhor Douglas de Oliveira Santos, por sua nomeação como juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João César Mattogrosso, endereçada ao senhor Hamilton Rondon Flandoli, por sua eleição para a presidência do Crea/MS no triênio 2027-2030; requerimentos de informações, de autoria dos deputados João Henrique, Gleice Jane e Lia Nogueira; e indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Coronel David, Pedrossian Neto, Lia Nogueira, Antonio Vaz, Zé Teixeira, Caravina, Pedro Kemp, Lidio Lopes, João César Mattogrosso, Gleice Jane e Junior Mochi. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do Expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados e a todos os presentes à Sessão. Pela presença do Vanderson, do município de Chapadão do Sul, suponho que esse grupo também seja de lá. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, Casa de Leis e da Cidadania. Sejam bem-vindos, nobres amigos. Cumprimento também o vereador Emerson Sapo, que se encontra presente. Expediente da Sessão Ordinária do dia 5 de agosto de 2026: Ofício nº 234.788/2026, do Ministério dos Transportes, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 1787/2026); Ofício nº 73.526/2026, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 2024/2026); Ofício Eletrônico nº 638/2026, da Caixa Econômica Federal, encaminhando comunicação de créditos de recursos financeiros provenientes do Orçamento Geral da União (Prot. nº 2196/2026); Ofício nº 433/2026, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2019/2026); Ofícios nºs 524 a 526, 528 a 533, 535, 553 a 559 e 561/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a

indicações e requerimento dos deputados Junior Mochi, Zé Teixeira, Caravina, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Gleice Jane, Pedro Kemp, Lidio Lopes, Lia Nogueira, Gerson Claro e Renato Câmara; Ofício nº 360/2026, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado João César Mattogrosso (Prot. nº 1584/2026); Notificação de Transferência, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, comunicando a liberação parcial de recurso financeiro proveniente do Governo Federal (Prot. nº 2198/2026); e-mail da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro (Prot. nº 2039/2026); Ofício nº 23/2026, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 2120/2026); e-mail da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Coronel David (Prot. nº 1895/2026); Ofício nº 991/2026, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima; Ofício nº 209/2026, da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 2058/2026); Cartas nºs 730 e 759/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo, respectivamente, ao requerimento do deputado Zé Teixeira e à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 1723, 1725/2026); Carta nº 1.533/2026, da Águas Guariroba, respondendo ao requerimento do deputado João Henrique (Prot. nº 1357/2026); Carta nº 2.052/2026, da Vivo Telefônica, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 1001/2026); e e-mail da Comunique Acessibilidade, respondendo à moção de congratulação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2004/2026). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Quero registrar, conforme já mencionado pelo primeiro-secretário, a presença do senhor Vanderson Cardoso, representando a Câmara Municipal de Chapadão do Sul; do presidente da Câmara, Marcelo Costa; da secretária adjunta de Educação, Caroline Alves, e da vereadora Andréia Lourenço. Daqui a pouco, a equipe técnica também fará o registro da escola que se encontra presente. Muito obrigado pela presença de todos os representantes de Chapadão do Sul. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa, a Casa da Democracia do povo sul-mato-grossense. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço licença para proceder, da tribuna, à leitura das minhas indicações. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, ministro da Saúde, com cópia ao senhor Luiz Henrique Eloy Amado, ministro dos Povos Indígenas, e ao senhor Lindomar Ferreira, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena, solicitando a adoção de medidas urgentes para a realização da reforma estrutural do prédio do Polo Base de Caarapó, tendo em vista suas precárias condições de conservação e funcionamento. O Polo Base desempenha papel fundamental na organização e na execução da Atenção Primária à Saúde das comunidades indígenas

da região, servindo como ponto de apoio para ações de prevenção, promoção e assistência à saúde. Entretanto, a atual situação da estrutura física evidencia a necessidade de intervenção imediata, uma vez que o desgaste das instalações compromete a segurança, o conforto e a dignidade dos usuários e dos servidores. Também apresento uma moção de pesar aos familiares e amigos do radialista e repórter Adilson Amâncio da Silva, em razão de seu falecimento, ocorrido no dia 22 de julho de 2026, em Três Lagoas. Senhor presidente, quero apresentar ainda uma reivindicação dos diretores de escolas que me procuraram. Vários deles relatam que não estão conseguindo obter autorização da Secretaria de Estado de Educação para convocar professores neste período eleitoral, a fim de substituir profissionais que, por um motivo ou outro, estão se afastando de suas atividades. É importante lembrar que os alunos não podem ficar sem aulas neste período. Não procede a explicação da Secretaria de Estado de Educação de que não seria possível realizar novas contratações durante o período eleitoral. O que não se permite é a contratação para cargos comissionados ou para o exercício de outras funções. No entanto, a substituição de professores em sala de aula sempre foi possível e autorizada. A legislação não proíbe que um professor afastado seja substituído por outro, até porque é direito dos alunos ter acesso à educação. Por isso, queremos fazer um apelo ao secretário de Estado de Educação, para que ele reveja essa orientação encaminhada às escolas e permita que os diretores continuem convocando professores para substituir, em sala de aula, aqueles que se afastaram por um motivo ou outro. Queremos encaminhar esta solicitação ao secretário, pois vários diretores de escolas já apresentaram essa reclamação. Como deverão proceder se uma sala de aula estiver sem professor? É dever do diretor promover a substituição do profissional que se afastou. Portanto, encaminhamos esta solicitação ao secretário para que ele reveja a orientação que está sendo repassada aos diretores das escolas. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, quero apenas deixar registrado que temos acompanhado o ciclo de palestras que está sendo realizado no Estado de Mato Grosso do Sul, nas quais secretários e ex-secretários utilizam eventos que recebem patrocínio público para promover suas candidaturas. O que me chamou a atenção foi o secretário Jaime Verruck, que já tem problemas relacionados ao repasse de verbas da Fiems; a Controladoria-Geral da União está acompanhando o caso e há denúncia no Tribunal de Contas. Entretanto, o que mais chama a atenção é o principal secretário do governador afirmar, durante uma dessas palestras, que o próximo governador seria louco ou insano se não aumentasse impostos. Segundo ele, a regra de transição da reforma tributária, que se estenderá até 2077, exigiria que o comerciante e o contribuinte fossem penalizados. De acordo com o secretário Jaime, seria necessário aumentar os impostos porque o percentual de rateio do IBS, imposto compartilhado entre a União, os estados e os municípios, seria maior. Isso ocorreria porque o estado possui uma dívida elevada e não teria condições de se tornar mais eficiente, reduzir o endividamento e gastar menos. Assim, a única saída apresentada por esse governo do PSDB seria sempre a mesma: aumentar os

tributos. Na teoria dele, os impostos deveriam ser aumentados para que, no futuro, em 2038, 2040 ou até 2077, o Estado recebesse um percentual maior, premiando a ineficiência e o fato de terem conseguido quebrar Mato Grosso do Sul. Isso é um abuso. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Apenas contribuindo, deputado: o governo agora é do PP. O senhor falou em PSDB, mas é ex-PSDB. Assim como o senhor já mudou, tudo muda nesta vida. Agora é do PP.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Eu fico confuso, senhor presidente. Não sei se estar no PP, considerando a Prefeitura da capital, é melhor ou pior, mas realmente o senhor tem razão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — o PP é do Governo do Estado. Quero registrar e agradecer a presença dos alunos das escolas municipais de Chapadão do Sul, Mato Grosso do Sul, bem como dos professores Marcelo de Angeli, Leonardo Henrique Souza Silva, Ricardo Banac e Emerson Willian de Freitas. Muito obrigado. Fica registrada a presença de todos nesta Assembleia Legislativa. Com a palavra, pela ordem, ainda no Pequeno Expediente, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Obrigado, senhor presidente, pela generosidade de me conceder a palavra pela ordem para fazer duas ponderações. A primeira é dizer ao deputado Pedro Kemp: não haverá contratação, Pedro Kemp. Não haverá. Há um ano, eu e a deputada Camila Jara fomos a Brasília e conversamos com o ministro das Cidades. Viabilizamos, junto ao Ministério das Cidades, mil e setecentas casas para o estado, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, nas modalidades urbana e rural. O que ocorre é que essas casas não serão construídas. Sabem por quê? Porque o contrato, acordo ou convênio firmado entre o Governo do Estado e o Governo Lula pressupõe uma participação mínima de dez mil reais por unidade habitacional. Caravina, meu querido delegado, são dez mil reais por casa, e o Governo do Estado não dispõe de recursos para oferecer essa contrapartida. Ou seja, entendam definitivamente: o governo Riedel faliu. Quem for eleito — e será Fábio Trad, como já disse — herdará o Estado da mesma forma que eu o herdei, em 1999, desse mesmo grupo político, absolutamente falido do ponto de vista administrativo, financeiro e moral. A segunda questão, senhor presidente, é que com a retomada das atividades das instituições, como o Ministério Público, estou confirmando, para o início da próxima semana, uma agenda com o procurador-chefe do Ministério Público Federal e com o procurador-chefe do Ministério Público Estadual, a fim de tratar de duas representações que apresentei nesta Casa. A primeira diz respeito ao envolvimento da SPU, a Superintendência do Patrimônio da União, em conluio com o prefeito de Porto Murtinho, para retirar moradores simples e pobres da barranca do rio, com o objetivo de conceder aquela área a grandes empresários. Isso é injusto, imoral e indevido. Irei até as últimas consequências para provar que, infelizmente, a SPU está envolvida com o prefeito de Porto Murtinho em uma maracutaia. A segunda questão, senhor presidente, é

que esta Casa ainda não parou para se preocupar com um grave problema. Caravina, Zé Teixeira, refiro-me à floresta verde de eucalipto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Estou concluindo, presidente. Na região leste, no Bolsão, isso representa um desastre. É uma atividade absolutamente nociva, que está secando tudo e impondo miséria aos assentados e à população pobre que vive naquela região. O Governo do Estado, por meio da área ambiental, fechou os olhos para essa realidade. Irei ao Ministério do Meio Ambiente para tratar do assunto e propor a realização de um grande evento em Três Lagoas, a fim de desmascarar a história das indústrias de papel e celulose na região leste do estado. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assessores, público presente e todos que nos acompanham pela TV Alems e pela Rádio Alems. Quero cumprimentar, em nome da vereadora Andréia Lourenço, toda a caravana de Chapadão do Sul, especialmente os alunos, e parabenizar a Câmara Municipal pelo Programa Câmara Vai à Escola, que proporciona a esses estudantes a oportunidade de conhecer um pouco da atuação do Poder Legislativo e de compreender como funciona o trabalho realizado no estado, cujos resultados chegam à população de cada município. É um prazer recebê-los aqui e contar com a participação de todos em nossa Sessão. Senhor presidente, apresento duas indicações. A primeira propõe que, ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a realização de obras de alargamento da pista, implantação de acostamentos, instalação de redutores de velocidade e iluminação pública na rodovia MS-080, no trecho compreendido entre a ponte sobre o rio Aquidauana e a área localizada em frente ao Loteamento Recanto dos Pintados, no município de Corguinho. Recebi essa solicitação do presidente da Associação de Moradores do Recanto dos Pintados, senhor Nemézio de Oliveira Neto, do município de Corguinho. Ele apresentou, inclusive, um croqui do local. A intervenção é realmente necessária, pois se trata de uma rodovia movimentada, na entrada do loteamento onde residem várias famílias. O pedido contempla a instalação de redutor de velocidade e o alargamento da pista. Já mantive um contato prévio com a Agesul e agora apresento a indicação formal, para que a unidade regional de Rio Negro, responsável pelo atendimento daquela área de Corguinho, possa executar essa importante obra, que certamente contribuirá para evitar acidentes e preservar vidas. A segunda indicação propõe o encaminhamento de expediente deste Poder ao diretor-presidente da concessionária Rodovia da Integração SPE S.A. – Rota da Celulose, senhor Luiz Fernando Vasconcelos de Donno, solicitando a adoção, com a máxima urgência, das providências necessárias para a implantação de sinalização provisória e ostensiva no trecho da rodovia MS-040, nas proximidades do KM 205, no município de Santa Rita do Pardo, onde estão sendo executadas obras de construção, reparo e manutenção da ponte existente. Solicita-

se a instalação de placas de advertência, dispositivos de sinalização, cones e demais equipamentos de segurança viária, com o objetivo de proporcionar melhores condições de segurança aos usuários da rodovia. Esse pedido foi encaminhado por diversos vereadores de Bataguassu, entre eles Celso Magalhães, Leandro Menezes, Márcio da Fonseca e Marcelo Góes, que utilizam frequentemente essa rodovia. Eu também transito pelo local e já constatei pessoalmente os problemas de sinalização. Os vereadores solicitam à direção da Rota da Celulose que providencie a sinalização adequada no local, a fim de evitar acidentes. Senhor presidente, farei uso da palavra no Grande Expediente de hoje e também abordarei a questão da concessão da Rota da Celulose, quando poderei tratar do assunto com mais detalhes. Neste momento, apresento a indicação encaminhada pelos vereadores de Bataguassu. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. Quero apresentar quatro indicações. A primeira é dirigida ao senhor Rodrigo Perez Ramos, com cópia ao senhor secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, solicitando a adoção das providências cabíveis para assegurar a manutenção do efetivo da Polícia Militar no Distrito de Amandina, localizado no município de Ivinhema. Esse é um pedido do vereador Claudemir, que reside no distrito, para que seja mantido o policiamento ostensivo naquela localidade. A segunda indicação também é dirigida ao senhor Rodrigo Perez Ramos, com cópia ao senhor secretário de Estado de Educação, Hélio Queiroz, solicitando a aquisição de equipamentos e mobiliários, bem como a execução de melhorias na estrutura da Escola Estadual Professor Emídio Campos Vidal, localizada em Campo Grande. A terceira indicação é dirigida ao senhor Rodrigo Perez Ramos e ao senhor prefeito de Dourados, Marçal Gonçalves Leite Filho, solicitando, em caráter reiterativo, a adoção de providências para que sejam realizadas, com a devida urgência, a limpeza e a retirada de resíduos das margens da rodovia MS-379, denominada rodovia Ivo Anunciato Cersósimo, no Anel Viário de Dourados, especificamente nos primeiros duzentos e cinquenta metros à direita, no sentido Dourados–Itaporã, nas proximidades da rotatória do Marco Rotário Internacional, que dá acesso à Penitenciária Estadual de Dourados. A última indicação é dirigida ao senhor secretário Rodrigo Perez Ramos e ao senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a realização de estudos de viabilidade técnica para a implantação de redutor de velocidade, do tipo lombada eletrônica ou quebra-molas, na rodovia MS-276, na altura do KM 8, no distrito de Indápolis, no trecho que dá acesso à Cooperativa Lar Agroindustrial, no município de Dourados. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente e nobres colegas. Venho hoje apresentar duas moções de congratulação. A primeira é dirigida à senhora

defensora pública Taís Raquel de Albuquerque, coordenadora do Projeto Transformando Histórias, em reconhecimento à realização do Terceiro Mutirão de Retificação de Nome e Gênero de Pessoas Trans, promovido em Campo Grande. Esse é um projeto muito importante. As pessoas trans precisam ser reconhecidas de acordo com a vida que vivem atualmente, e o reconhecimento de seu nome é fundamental para que tenham dignidade e possam viver bem. O projeto da doutora Taís é uma iniciativa relevante porque contribui para o combate ao preconceito. Fica, portanto, registrada nossa moção de congratulação à doutora Taís por essa iniciativa. Quero também parabenizar a Defensoria Pública pela realização dessa atividade. A segunda moção de congratulação é destinada ao grupo Brô MC's, em reconhecimento à sua relevante contribuição para a valorização da cultura indígena brasileira, à projeção nacional e internacional de sua trajetória artística e à participação no álbum Equilibrivm II, da cantora Anitta, por meio da faixa "Okê", ao lado da rapper indígena Katú Mirim. O Brô MC's é um grupo de Dourados que conheço e acompanho há muitos anos. O grupo vem conquistando reconhecimento internacional, viajando pela Europa e participando de eventos importantes, como o G20, ocasião em que se apresentou para representantes de diversos países. Entretanto, aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, o grupo ainda não recebe o devido reconhecimento. Recentemente, inclusive, fiz uma denúncia nesta Casa de que o Brô MC's não tem sido devidamente valorizado no estado e de que a Fundação de Cultura não tem oferecido a esse grupo artístico o tratamento compatível com sua importância. Fora daqui, porém, o grupo tem dado um verdadeiro show, levando o nome do estado e o nome da população indígena. Trata-se de um grupo guarani-kaiowá que canta, inclusive, na língua guarani-kaiowá, apresentando sua cultura e sua diversidade, além de denunciar a forma como os povos indígenas são tratados no Estado de Mato Grosso do Sul. A cantora Anitta lançou recentemente um álbum que reconhece o trabalho do grupo e contribui para levá-lo cada vez mais longe no cenário artístico. Por isso, quero apresentar esta moção de congratulação ao grupo Brô MC's e estender esse reconhecimento a toda a equipe que participou de sua trajetória desde o início, com Igor Lobo, que esteve presente nos primeiros momentos, e Fabi Fernandes, que atualmente integra esse movimento como produtora, acreditou no grupo e tem contribuído para seu crescimento. Parabéns a todos os envolvidos nesse projeto. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. Senhor presidente, eu faria a leitura de uma indicação, mas recebi, há cerca de dez minutos, uma ligação do secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara. Por isso, em vez de ler a indicação, apenas informarei que o assunto já foi resolvido. Neste fim de semana, estava prevista a interrupção do tráfego na ponte sobre o rio Paraguai, localizada na BR-262, que está sendo reformada pelo Governo do Estado, por meio da Agesul. A rodovia sofre interrupções periódicas em razão das obras de recuperação da ponte, que constitui o único acesso terrestre a Corumbá. Como havia previsão de nova interrupção neste fim de semana, recebi diversas solicitações para que ela não ocorresse nesta data, tendo em vista que domingo será o Dia dos Pais. A interdição

impossibilitaria que as pessoas saíssem de Corumbá ou se deslocassem até o município para passar o Dia dos Pais com suas famílias. O secretário Guilherme, a quem quero agradecer, entrou em contato com a empresa responsável e informou que não haverá interrupção do tráfego na ponte da BR-262 sobre o rio Paraguai neste fim de semana. Dessa forma, as pessoas que desejarem viajar pela rodovia por ocasião do Dia dos Pais poderão fazê-lo normalmente. As interrupções continuarão ocorrendo em outras datas, que serão definidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. Aproveito para agradecer ao secretário Guilherme, que atendeu prontamente à nossa solicitação. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente. Quero cumprimentar o vereador Leonardo, de Chapadão do Sul, presidente do Republicanos no município e meu amigo, assim como todos os vereadores e os representantes da escola que estão presentes nesta Casa. Estive ontem no município de Bonito e trago uma indicação formulada a partir de uma solicitação da população, encaminhada diretamente ao nosso gabinete pelo senhor Ronaldo Dorneu Gil e endossada pelos moradores da região da Grande Marambaia e dos bairros adjacentes. Eles solicitam a implantação de uma ciclovia com iluminação no trecho compreendido entre o final da avenida Heron do Couto e o Parque da Cachoeira, com aproximadamente cinco quilômetros de extensão, no município de Bonito. A proposta tem como objetivo atender à população e decorre do crescente número de pessoas que utilizam diariamente a rodovia para caminhadas e passeios de bicicleta. A construção da ciclovia proporcionará um espaço seguro e adequado para essas atividades, garantindo a integridade física dos usuários e incentivando a prática de exercícios de maneira mais segura. Assim, ouvido o colendo Plenário, solicito que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Gil Marcio Franco, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos. Também indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Ricardo Perez Botelho, diretor-presidente da Energisa, solicitando a manutenção do fornecimento de energia elétrica no Assentamento Vale Verde, no município de Jaraguari. Recebemos essa solicitação, encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Francisco Igor Delmondes Souza. Os transtornos têm sido generalizados, afetando não apenas a rotina diária dos moradores, mas também colocando em risco a segurança de todos. A interrupção no fornecimento de energia elétrica compromete serviços essenciais, como a iluminação pública, as comunicações e o funcionamento de equipamentos indispensáveis. Além disso, a falta de energia coloca em risco a conservação de alimentos e a continuidade das

atividades locais que dependem do fornecimento elétrico, prejudicando os moradores da região. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário, pela TV ALEMS e pela Rádio ALEMS. Apresento hoje, senhor presidente, um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando o envio a esta Casa de Leis de informações acerca da eventual adesão do Estado de Mato Grosso do Sul à Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, instituída pela Lei Federal nº 15.436. A Secretaria de Estado de Educação possui planejamento ou estudo em andamento para a adesão do Estado à Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação? Em caso positivo, qual é o cronograma previsto para a formalização da adesão e para a implementação das ações decorrentes da referida política no âmbito da Rede Estadual de Ensino? Recentemente, foi instituída, por meio de lei federal, a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, que estabelece diretrizes destinadas ao fortalecimento da identificação, do atendimento educacional especializado e do desenvolvimento das potencialidades desses estudantes em todo o território nacional. A legislação prevê que a adesão dos estados e do Distrito Federal ocorrerá de forma voluntária, mediante manifestação formal perante a União, possibilitando o acesso a apoio técnico e financeiro para a implementação das ações previstas na política nacional. Diante da importância do tema, solicitamos informações à Secretaria de Estado de Educação para sabermos em que estágio se encontra o processo de adesão do Estado de Mato Grosso do Sul. Também apresento hoje três moções de congratulação. A primeira deverá ser encaminhada aos policiais civis que atuaram no inquérito policial e em todas as diligências investigativas necessárias à apuração do crime que vitimou o padre Alexandro da Silva Lima. Essa moção deverá ser encaminhada aos profissionais da Polícia Civil, entre eles o delegado Adilson Stiguivitis Lima, titular da Delegacia Regional de Dourados; o delegado Lucas Albe Veppo; e os demais escrivães e investigadores envolvidos no caso. Conforme amplamente divulgado, a Polícia Civil foi acionada após o desaparecimento do padre Alexandro. Posteriormente, descobriu-se que ele havia sido brutalmente assassinado, em um crime que repercutiu em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente na região da Grande Dourados, onde o sacerdote esteve à frente de várias paróquias nos municípios de Douradina e Dourados. Foi a partir do trabalho da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, reconhecida como uma das instituições de referência no âmbito nacional, que os suspeitos foram identificados, investigados, processados e condenados. Também apresento uma moção que deverá ser encaminhada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Região da Grande Dourados (Sinjogran), pela posse de sua nova diretoria para o triênio 2026-2029. A solenidade de posse da nova diretoria do Sinjogran ocorreu no dia 24 de julho de 2026, na sede da Seleta, em Dourados, reunindo jornalistas e representantes da categoria em um momento de valorização da profissão, renovação institucional e fortalecimento da atuação

sindical da região da Grande Dourados. Fiz parte desse sindicato como jornalista durante muitos anos e reconheço o importante trabalho que desenvolve em defesa da categoria, especialmente em um momento em que os profissionais da imprensa enfrentam tantas dificuldades. Por fim, apresento uma moção de congratulação ao Hospital São Julião, em reconhecimento aos seus oitenta e cinco anos de história, dedicação à saúde e relevantes serviços prestados à população de Mato Grosso do Sul. Fundado inicialmente como sanatório destinado ao atendimento de pessoas acometidas pela hanseníase, o Hospital São Julião construiu uma trajetória marcada pelo acolhimento, pela solidariedade e pelo compromisso com a dignidade humana. Ao longo das décadas, a instituição ampliou sua atuação e consolidou-se como referência na área da saúde, preservando como essência o cuidado humanizado e o atendimento voltado à transformação da vida das pessoas. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Último inscrito, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Cumprimento também todos aqueles que prestigiam esta Sessão com suas presenças, as autoridades aqui presentes, os vereadores de Chapadão do Sul, toda a imprensa e aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Senhor presidente, faço uso da palavra no Pequeno Expediente para apresentar um requerimento e uma moção. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhado expediente ao senhor Roberto Gurgel de Oliveira Filho, secretário de Estado de Administração de Mato Grosso do Sul, com cópia ao diretor-presidente da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, senhor Jorge Oliveira Martins, reiterando a indicação protocolada sob o nº 3.912/2025, apresentada em 6 de outubro de 2025, e solicitando, de forma atualizada, as seguintes informações: o montante global atualizado das dívidas decorrentes de empréstimos consignados contratados por servidores públicos estaduais ativos, aposentados e pensionistas, com a apresentação dos dados de forma separada para cada categoria; o número total de servidores ativos, aposentados e pensionistas que possuem operações de crédito consignado, bem como a quantidade total de contratos vigentes e a média de contratos por servidor; a quantidade e o percentual de servidores cujos descontos consignados atingem ou ultrapassam a margem consignável legal e regulamentar, com a discriminação entre servidores ativos, aposentados e pensionistas; a relação das instituições financeiras habilitadas a operar empréstimos consignados na folha de pagamento estadual, indicando, para cada instituição, o número de contratos vigentes, o saldo devedor total e sua participação percentual no volume global das operações; as taxas médias de juros, os prazos médios e as principais modalidades de crédito consignado atualmente contratadas pelos servidores estaduais; as medidas administrativas adotadas, desde a apresentação da Indicação nº 2.965/2023, para fiscalizar o cumprimento da margem consignável, prevenir descontos irregulares e proteger a remuneração dos servidores; a existência de estudos, programas ou tratativas destinados à renegociação ou repactuação das dívidas, à portabilidade dos contratos, à redução das

taxas de juros, ao alongamento dos prazos e à promoção da educação financeira entre os servidores; e caso o levantamento solicitado ainda não tenha sido concluído, as razões do não atendimento, as providências atualmente em curso e o prazo estimado para o encaminhamento integral dos dados a esta Casa de Leis. Essas informações são indispensáveis para avaliar o grau de endividamento dos servidores estaduais, identificar situações de comprometimento excessivo da renda e subsidiar medidas de prevenção ao superendividamento, de fiscalização dos descontos e de aprimoramento da gestão dos empréstimos consignados. Também, senhor presidente, apresento uma moção de congratulação ao senhor Juliander Dolores Arnal, em reconhecimento ao expressivo desempenho alcançado na corrida comemorativa do vigésimo primeiro aniversário da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na qual conquistou o terceiro lugar na classificação geral da prova de cinco quilômetros, concluindo o percurso no excelente tempo de dezenove minutos e um segundo. Ele é servidor desta Casa de Leis. Portanto, senhor presidente, ficam apresentados o requerimento e a moção. Encerro minha participação no Pequeno Expediente, não sem antes dizer que, havendo possibilidade, discutirei esse tema no Grande Expediente. Era só, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Senhor presidente, não estou conseguindo acessar o sistema aqui.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — As inscrições para o Pequeno Expediente já foram encerradas às 10h, deputado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Ah, já encerraram?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Caso seja pela ordem, antes de passarmos ao Grande Expediente, concederei a palavra a Vossa Excelência para que apresente a indicação, até porque hoje é uma data muito especial, não é, deputado?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Deixarei para amanhã, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então, quero parabenizar Vossa Excelência pelo aniversário. Sei que todos aqui estão convidados para o almoço e para as festividades. Parabéns! Que Deus o abençoe e que Vossa Excelência tenha muita saúde, muitos anos de vida e muitos votos também neste período eleitoral.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Muito obrigado, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esse é o nosso desejo.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, Vossa Excelência já falou pela ordem. A menos que pretenda levantar alguma questão regimental, não continuarei concedendo a palavra para outros questionamentos.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Trata-se de uma questão muito importante, senhor presidente. Peço a ponderação de Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passarei ao Grande Expediente e, após a manifestação dos deputados, concederei a palavra a Vossa Excelência durante o intervalo, a menos que se trate de questão regimental, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — É regimental, para fazer um registro nos Anais da Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não, isso não constitui questão regimental. O registro deve ser feito no Pequeno Expediente ou após o Grande Expediente. Concederei a palavra a Vossa Excelência depois do Grande Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas: de autoria do deputado Antonio Vaz, seis indicações, Protocolos nºs 2.216/2026, 2.217/2026, 2.218/2026, 2.219/2026, 2.220/2026 e 2.221/2026; de autoria do deputado Caravina, duas indicações, Protocolos nºs 2.224/2026 e 2.225/2026; de autoria do deputado Junior Mochi, três requerimentos, Protocolos nºs 2.205/2026, 2.206/2026 e 2.207/2026; de autoria da deputada Mara Caseiro, três indicações, Protocolos nºs 2.201/2026, 2.202/2026 e 2.204/2026, uma moção de pesar, Protocolo nº 2.200/2026, e um projeto de lei, Protocolo nº 2.203/2026; de autoria do deputado Marcio Fernandes, uma indicação, Protocolo nº 2.209/2026; de autoria do deputado Paulo Corrêa, um projeto de resolução, Protocolo nº 2.208/2026; de autoria do deputado Paulo Duarte, uma indicação, Protocolo nº 2.222/2026; e, de autoria do deputado Zé Teixeira, quatro indicações, Protocolos nºs 2.210/2026, 2.211/2026, 2.212/2026 e 2.213/2026. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Apesar de nosso decano ser o deputado Zé Teixeira, por questões cronológicas, o delegado Caravina pediu a inversão da ordem. Portanto, estou cedendo meu lugar ao deputado Caravina.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela gentileza do deputado Paulo Duarte, concedo a palavra ao nobre deputado Caravina. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — sem revisão do orador — Quero agradecer ao deputado Paulo Duarte por ter cedido seu tempo no Grande Expediente. Senhor presidente, este é um assunto sobre o qual, na verdade, eu não gostaria de falar novamente. Entretanto, isso se torna necessário diante das inúmeras cobranças que temos recebido e da necessidade de voltarmos a tratar do tema. Acompanhei uma manifestação do deputado Junior Mochi a respeito das rodovias. O deputado Junior Mochi preside a comissão constituída nesta Casa para tratar das concessões. Assisti ao vídeo que Vossa Excelência gravou, deputado Junior Mochi, sobre a Motiva, o aumento do pedágio e o fato de as obras ainda estarem muito aquém do que foi planejado, além de toda a sua manifestação sobre o assunto. Hoje, porém, quero falar sobre outra concessão. Todos sabem que sempre me manifestei favoravelmente, deputado Zé Teixeira, ao modelo de concessão de rodovias por meio de parcerias público-privadas, elaborado pelo Escritório de Parcerias Estratégicas do Governo do Estado. Esse modelo foi adotado na MS-306 e na MS-158. Mais recentemente, tivemos a concessão da Rota da Celulose, que envolve as rodovias federais BR-267 e BR-262, cedidas pela União ao Estado, além das rodovias estaduais MS-040, MS-338 e de um trecho da MS-395. Sou favorável ao modelo. Sempre afirmei, e continuo afirmando, que as parcerias público-privadas são importantes para atrair recursos da iniciativa privada e ampliar os investimentos no Estado. Entretanto, existe algo de que não podemos abrir mão: a boa regulação. Quando se concede um serviço público, é preciso regulá-lo adequadamente. E o que significa regular? Significa acompanhar e cobrar o cumprimento daquilo que está previsto no papel. A modelagem apresentada no contrato é muito boa, mas precisa ser transformada em realidade, deputado Junior Mochi. Por isso, vou falar especificamente da concessão da Caminhos da Celulose, que abrange as rodovias às quais nos referimos. Todos sabem que a concessão foi contratada em fevereiro. Nos termos da Parceria Público-Privada, a empresa possui prazos contratuais para realizar as intervenções, que estão divididas em etapas. É claro que queremos, com urgência, as duplicações nos trechos necessários, a implantação de terceiras faixas e a construção de acostamentos. No entanto, conforme previsto no contrato, essas obras começarão a ser executadas a partir de um ano da concessão, período em que também terá início a cobrança do pedágio. Sabemos que isso é necessário, porque deve haver equilíbrio entre os investimentos realizados e a arrecadação proveniente do pedágio. Entretanto, desde o momento da assinatura do contrato, a empresa já possui compromissos obrigatórios. Ela precisa executar determinadas ações, até porque esses custos realizados no primeiro ano serão posteriormente compensados pela arrecadação do pedágio. Pois bem: a empresa assumiu a concessão no dia 9 de fevereiro. Quero dizer que tenho conversado constantemente com os diretores da Caminhos da Celulose, cobrando o cumprimento daquilo que a própria empresa informou oficialmente. Em abril, encaminhei um ofício, por meio de um requerimento, perguntando à Caminhos da Celulose qual era o cronograma de manutenção dessas rodovias. Isso porque, a partir de 9 de fevereiro, as rodovias federais deixaram de estar sob a administração do Dnit, que, bem ou mal — às vezes, até mal — realizava a manutenção. No trecho da BR-267, por exemplo, entre o KM 1, em Bataguassu, na divisa de Mato Grosso do Sul com o Estado de São Paulo, e o KM 250, em Nova Alvorada do Sul, o Dnit executava serviços de tapa-buracos, roçada e sinalização. Com a assinatura do contrato, essa responsabilidade foi transferida, em 9 de

fevereiro, para o Consórcio Caminhos da Celulose. O mesmo ocorreu nas rodovias estaduais MS-040, MS-338 e MS-395, cuja manutenção era realizada pelo Governo do Estado por meio de contratos terceirizados. Portanto, cessaram as obrigações das empresas terceirizadas e do Dnit, e a concessionária passou a ser responsável pelos serviços. Diante das inúmeras reclamações, encaminhei o ofício. Estou tratando desse assunto porque, nesta semana, recebi um vídeo mostrando a situação de um trecho da rodovia. Não sei se conseguirei exibi-lo aqui, mas abordarei o problema de forma geral. Perguntei à Caminhos da Celulose qual era o cronograma de execução dos serviços. Em resposta, por meio de um extenso ofício encaminhado no dia 13 de maio, a empresa informou que o contrato ainda estava em sua fase inicial e que, nesse período, deveria executar os chamados trabalhos iniciais. O documento define como trabalhos iniciais o conjunto de obras e serviços de reabilitação dos pavimentos destinado a garantir condições seguras de trafegabilidade, observando os níveis mínimos de serventia estabelecidos pelos parâmetros de desempenho do sistema rodoviário concedido. O período de execução desses serviços começa na data da assunção do sistema rodoviário, ocorrida em fevereiro, e se estende até o prazo máximo estipulado para o atendimento de cada parâmetro de desempenho. O contrato estabelece ainda obrigações que devem ser cumpridas em até doze meses e que integram os trabalhos iniciais. Portanto, desde fevereiro, deputado Junior Mochi, a empresa deveria executar esses serviços, garantindo, no mínimo, que as rodovias permanecessem trafegáveis. Tenho falado bastante sobre a MS-040, porque é uma rodovia pela qual transito e sobre a qual sou constantemente cobrado, já que represento aquela região. Entretanto, a situação da BR-267, na entrada de Mato Grosso do Sul, é igualmente grave. O usuário sai da Rodovia SP-270, considerada uma das melhores rodovias do Brasil, com pista duplicada, atravessa a Ponte Hélio Serejo e entra em Mato Grosso do Sul, por Nova Porto XV, encontrando uma rodovia praticamente intrafegável. Esse problema não surgiu nesta semana, quando recebi o vídeo. Ele já ocorre há mais de um mês. Tenho conversado com a agência reguladora e com o senhor Carlos Alberto de Assis, cobrado os representantes da empresa e encaminhado vídeos, mas a situação não é resolvida. Anteontem, ocorreu a gota d'água. Recebi um vídeo no qual um morador dizia: "Não acredito que o deputado Caravina esteja aceitando isso aqui." Ele afirmou que é da região e que nunca tinha visto aquela rodovia tão malcuidada. Confesso que me sinto envergonhado, porque essa é a rodovia de entrada do Estado de Mato Grosso do Sul. Volto a repetir: sou favorável ao projeto de concessão, mas a cobrança precisa ser mais firme. Já não basta conversar; é necessário aplicar multas, para que a empresa sinta financeiramente que deve cumprir aquilo a que se propôs e para o que foi contratada. Repito: cada vez que a empresa deixa de executar esses serviços durante o primeiro ano, ela obtém lucro, porque esses custos já estão previstos no investimento e no equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A partir do próximo ano, ela será obrigada a implantar terceiras faixas nos pontos previstos, e então terá início a cobrança do pedágio, que sabemos que ocorrerá. Entretanto, este é o ano dos investimentos iniciais. Se a empresa deixa de executar os serviços previstos, obtém um lucro indevido, em prejuízo da população. Concedo aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiramente, deputado Caravina, quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer um assunto de tamanha importância ao

conhecimento de todos os parlamentares, especialmente porque o senhor trafega quase semanalmente pelas rodovias objeto da concessão ao Consórcio Caminhos da Celulose. Também fizemos um pronunciamento sobre essa questão, especificamente com relação à BR-163, em razão do reajuste de 40,53% aplicado a partir do último dia 1º, sem que houvesse, na mesma proporção, a correspondente prestação dos serviços. Permanecemos quase seis anos sem a execução das obras previstas, enquanto a cobrança do pedágio continuou e a empresa permaneceu recebendo. Por isso, entendo que este é um momento extremamente importante e que esta Casa precisa se posicionar de forma efetiva diante das concessões. Também sou favorável às Parcerias Público-Privadas, porque elas podem proporcionar maior agilidade e melhorar as condições de trafegabilidade das rodovias. No entanto, não é possível conceder uma rodovia à iniciativa privada sem que haja a correspondente prestação dos serviços assumidos no contrato de concessão. Como presidente dessa comissão temporária, cujo objeto inicialmente era a BR-163 e que posteriormente foi ampliado para abranger as demais rodovias sob concessão no estado, entendo que temos o dever de fiscalizar. Vossa Excelência levanta uma questão muito importante: não adianta apenas conversar com as empresas. É necessário trazer os órgãos reguladores para o debate. No caso da Motiva, devemos convidar a Agência Nacional de Transportes Terrestres para que um representante participe das discussões, ouça as reclamações e assuma sua responsabilidade legal e contratual de acompanhar a concessão. Da mesma forma, como parlamentares e representantes da população, devemos convocar o diretor-presidente da Agems, porque, quando se trata de concessão estadual, cabe à agência reguladora realizar o devido acompanhamento. Já solicitamos que esta Casa encaminhe ofícios tanto à Motiva quanto ao Consórcio Caminhos da Celulose para que, ainda no mês de agosto, possamos realizar uma reunião com a Motiva em um dia e, no dia seguinte, com a Caminhos da Celulose. Também há a Way Rodovias, responsável pelos trechos das rodovias MS-306 e MS-158, que está inserida nesse mesmo contexto. Entendo que cabe a esta Casa, mais do que nunca, não apenas cobrar, mas dar maior efetividade a essas ações, reunindo as agências reguladoras e as concessionárias para discutir e exigir o cumprimento integral de tudo aquilo que foi pactuado nos contratos. Portanto, parabenizo Vossa Excelência. Precisamos, sim, atuar como os olhos da população, para que não volte a ocorrer o que aconteceu no passado, quando uma rodovia deveria ser duplicada no prazo de cinco anos, mas, depois de mais de dez anos, menos de um terço das obras havia sido concluído. Dos mais de oitocentos quilômetros previstos, apenas cerca de cento e cinquenta quilômetros foram duplicados. Esse trabalho cabe a nós. A população tem reclamado, e precisamos ser sua voz, buscando, de maneira correta, o cumprimento daquilo que foi acordado. Quando se celebra um contrato, independentemente das discussões anteriores e das posições favoráveis ou contrárias à concessão, a realidade passa a ser esta: é necessário exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado pela contribuição, deputado Junior Mochi. Lembro também que, em relação às concessões federais, temos nossas limitações. Ainda assim, estamos realizando um trabalho dentro dessas limitações, porque se trata de concessão submetida à regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres e do Ministério dos Transportes. No caso das concessões estaduais, entretanto,

nossa responsabilidade é ainda maior, e precisamos acompanhar esse processo de perto. A fase de falar, telefonar e conversar já se prolongou demais. A empresa assumiu em fevereiro, e já estamos em agosto. Portanto, são cerca de seis meses convivendo com essa situação. Não podemos mais tratar esse assunto com tanta parcimônia. Por isso, vou pedir a Vossa Excelência que façamos a convocação, principalmente para que a empresa apresente quais são as prestadoras contratadas, os trechos sob responsabilidade de cada uma delas e os serviços que serão executados. Sabemos que há serviços de roçada, sinalização, tapa-buracos e recomposição asfáltica. Não precisamos apenas das informações registradas no papel, que não correspondem ao que está acontecendo. Precisamos de informações claras e concretas. Caso as obrigações não sejam cumpridas, devem ser aplicadas as penalidades cabíveis, previstas no contrato assinado em 9 de fevereiro. Concedo aparte ao deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Deputado Caravina, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer a esta tribuna uma discussão de fundamental importância para Mato Grosso do Sul. Já apresentei vários requerimentos relacionados a essa rodovia. Parabenizo Vossa Excelência porque, na semana passada, passei por ela e constatei que se encontra em estado precário. Costuma-se dizer que Mato Grosso do Sul não tem tido sorte com as concessões. Sabemos da diferença entre o que ocorreu com a concessão da BR-163 no Estado de Mato Grosso e o que deixou de acontecer, durante todos esses anos, em Mato Grosso do Sul. É evidente que se trata de concessões diferentes: a BR-163 está sob responsabilidade do Governo Federal, enquanto esta concessão é do Governo do Estado. Ainda assim, como Vossa Excelência tem afirmado, é preciso avançar e garantir aos cidadãos que trafegam pela rodovia a tranquilidade de circular por uma via devidamente conservada, principalmente diante das condições em que ela se encontra atualmente. Essa também é uma preocupação deste parlamentar. Somo-me a Vossa Excelência na reivindicação por melhores condições nas rodovias de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputado Lidio Lopes. É importante destacar que a empresa poderá alegar que está cumprindo os prazos contratuais. Sabemos que se trata de um contrato de vinte anos e conhecemos todo o cronograma das obras que deverão ser executadas. Esse contrato foi modelado pelo Escritório de Parcerias Estratégicas do Governo do Estado. Trata-se de uma parceria público-privada muito bem estruturada pela secretária Eliane Detoni, com a descrição das obrigações, dos prazos de execução e das condições de equilíbrio econômico-financeiro. No entanto, estou me referindo a um prazo que está documentado e foi reconhecido pela própria concessionária: o prazo para a realização dos trabalhos iniciais, deputado Zé Teixeira. São obrigações que devem ser cumpridas desde o momento em que a empresa assumiu o contrato. E o que são os trabalhos iniciais? Mais uma vez: são o conjunto de obras e serviços de reabilitação dos pavimentos destinados a garantir condições seguras de trafegabilidade. É somente isso que estamos pedindo: que seja cumprido aquilo que está previsto. Volto a repetir: sou parceiro do Governo, apoio as Parcerias Público-Privadas e considero que esse é um modelo que funciona. Entretanto, a regulação precisa ser efetiva.

Caso contrário, os compromissos permanecerão apenas no papel, e no papel é fácil registrar qualquer obrigação. Precisamos garantir que esses serviços sejam executados e que os resultados cheguem à população que utiliza nossas rodovias. Senhor presidente, era isso por hoje. Ainda sobrará algum tempo para que o colega deputado Zé Teixeira possa falar. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Na sequência do Grande Expediente, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, senhoras e senhores. Ouvi com muita atenção as considerações do nobre deputado Caravina e quero apresentar uma opinião que, do meu ponto de vista, pode não ser muito agradável. Não creio que essas concessões de rodovias estaduais funcionarão. Não há como desconsiderar que vivemos em um país no qual a crise financeira se alastra por todos os setores: agricultura, pecuária e comércio. Grandes empresas brasileiras estão migrando para o Paraguai, instalando unidades naquele país e produzindo a custos mais baixos. Lá, segundo se afirma, não existem determinadas exigências trabalhistas consideradas excessivas, nem discussões como a da escala 6x1, o que possibilitaria produzir a um custo menor. Uma caminhonete que paga aqui nove mil reais de IPVA pagaria lá cerca de trezentos reais. O Governo do Paraguai também estaria oferecendo imóveis por cinco anos, sem cobrança de aluguel. Além disso, a energia elétrica, produzida pela mesma Usina de Itaipu, deputado, custa 33% do valor cobrado no Brasil...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência permite-me um aparte, deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Neste momento, não vou permitir, porque gostaria de concluir meu raciocínio...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita, meu amigo Zé Teixeira, para que eu possa corrigir a fala de Vossa Excelência enquanto ainda há tempo. Depois, eu me manifesto...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Então, concedo o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Zé Teixeira, não sei em que país Vossa Excelência vive. Um dos setores que Vossa Excelência representa, o chamado agronegócio, nunca foi tão beneficiado como no Governo Lula. Recentemente, o setor pressionou o Governo e conseguiu mais cem bilhões de reais para a renegociação de dívidas. O Brasil está entre os cinco países do mundo que apresentam maior crescimento econômico. Nunca tivemos índices tão baixos de desemprego e tamanha estabilidade econômica. A venda de veículos no Brasil bate recordes, o salário mínimo apresenta

crescimento real, e Vossa Excelência vem dizer que o País está em crise. De onde Vossa Excelência retira esses números?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Concluiu? Concluiu o aparte?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Concluí.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado Zeca, com todo o respeito, quem não sabe onde está vivendo é Vossa Excelência. Nunca houve, na história do País, tantos pedidos de recuperação judicial e de renegociação de dívidas...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Tudo para comprar carro novo!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado, ninguém compra carro novo devendo cento e cinquenta milhões de reais. Tivemos dois anos de frustração de safra. A soja, que chegou a duzentos reais, caiu para cem. Ou Vossa Excelência não sabe fazer contas? O milho caiu de noventa para quarenta reais, e a conta não fecha...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Isso é culpa do Governo, Zé Teixeira? Vossa Excelência não defende o livre mercado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Presidente, garanta-me a palavra, por favor!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o aparte, a palavra retorna a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Quem não sabe onde está vivendo é Vossa Excelência. Um dos maiores escritórios jurídicos do País recebe, diariamente, dois, três, quatro ou até cinco pedidos de recuperação judicial e de renegociação de dívidas bilionárias. Por quê? Porque houve grandes investimentos em tecnologia e maquinário, mas a safra foi frustrada, o preço das commodities caiu pela metade e a conta não fechou. Nunca houve, na história do Brasil, tantas propriedades rurais sendo levadas a leilão público. Nunca houve! Eu vivo em Mato Grosso do Sul e no Brasil. Vossa Excelência afirmou que nós dois somos fazendeiros, e tenho absoluta certeza de que não deve nada aos bancos, assim como eu também não devo.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Fiz um desafio a Vossa Excelência. Vamos pegar a sua fazenda de quatro mil hectares e a minha, de duzentos hectares, e entregá-las aos indígenas. Vossa Excelência aceita?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Mas Vossa Excelência... Vossa Excelência...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Aceita? Vossa Excelência aceita?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, peço a Vossa Excelência que não interfira na fala do orador. Ele tem direito à palavra, e Vossa Excelência poderá se manifestar em seu momento, respeitando o Regimento.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Gostaria que Vossa Excelência consultasse os números. Está aqui o deputado Paulo Duarte, que já foi secretário. Estou mentindo? É a maior quantidade de pedidos de recuperação judicial do País. É a maior quebradeira de empresas da história. Não estou falando apenas de fazendeiros, deputado Zeca do PT. Estou falando de empresários dos setores da indústria, do comércio e dos serviços. Todos estão indo para o Paraguai. Vossa Excelência pode comparar o custo da energia elétrica produzida por Itaipu no Paraguai com o valor cobrado aqui. Vossa Excelência sabe ler e já foi governador. Por isso, digo que não acredito que essas Parcerias Público-Privadas para as rodovias de Mato Grosso do Sul funcionem. Não vejo como isso poderá dar certo. A situação é semelhante à da BR-163. Se o Governo Federal, qualquer que fosse, tivesse a coragem de construir e duplicar a rodovia antes de concedê-la, tudo bem. Mas, com o fluxo atual de veículos, a utilização dos portos do Norte para o escoamento da soja produzida em Mato Grosso e a existência da ferrovia em Chapadão do Sul, com a redução do fluxo de veículos em nosso estado, não há como realizar essas obras apenas com a arrecadação do pedágio, deputado. Também não existe concessionária que retire recursos obtidos no trecho entre São Paulo e Campinas para investi-los aqui. Não conheço empresário no mundo que use o dinheiro obtido em uma operação lucrativa para financiar outra que lhe trará prejuízo.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Deputado, Vossa Excelência concede-me um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Com o maior prazer.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Deputado, o deputado Caravina tratou um pouco desse tema. O que está acontecendo em nosso estado, em razão do crescimento da economia e da chegada de novos investimentos, é que estamos na iminência de enfrentar um apagão de infraestrutura. Vossa Excelência está correto no que afirma. As concessões, no formato em que estão sendo realizadas, não são suficientes. Podemos citar as que já foram feitas. Na BR-262, entre Campo Grande e Três Lagoas, o projeto prevê duplicação apenas de Campo Grande até Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas até o distrito de Arapuá. Isso não é suficiente, embora se trate de uma rodovia concedida. Podemos também falar de outra rodovia federal que não foi concedida: a BR-262, no trecho entre Campo Grande e Corumbá. Depois de Miranda, a situação está trágica, especialmente em razão do tráfego de caminhões de minério com excesso de peso. Portanto, se a concessão não funciona e a rodovia que permanece sob responsabilidade do Governo Federal também não recebe a atenção necessária, é preciso encontrar uma solução. Nesse ponto, concordo com Vossa Excelência: deve haver investimento público.

Não sei se o senhor tem conhecimento, mas, saindo daqui de carro em direção a Sonora, há apenas cerca de sessenta ou oitenta quilômetros duplicados até o rio Correntes, na divisa com Mato Grosso. Quando se entra naquele estado, praticamente todo o trecho da divisa até Cuiabá está duplicado. Lá, porém, houve investimento do Governo Federal antes da concessão. Grande parte da rodovia foi duplicada e, posteriormente, concedida para manutenção. Do jeito que estamos, enfrentaremos um apagão de infraestrutura. A economia está crescendo, mas não haverá condições adequadas para escoar a produção. É isso que está acontecendo, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Parabéns, deputado. É bom conversar com quem entende do assunto. Também acredito, deputado Paulo Duarte, que essas obras não acontecerão como previsto. Essa concessionária Motiva Pantanal fará pequenos trechos de cinco ou dez quilômetros, especialmente em curvas e subidas, mas não realizará toda a duplicação prometida. Ela não retirará o dinheiro que arrecada nos trechos entre São Paulo e Rio de Janeiro ou entre São Paulo e Campinas para investi-lo aqui. Empresário algum transfere recursos de uma operação lucrativa para outra que lhe trará prejuízo. Por que tantas empresas brasileiras estão se transferindo para o Paraguai? Por causa da carga tributária. Nenhum país suporta taxas de juros de 13, 14 ou 15%...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência permite-me um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deputado, permita-me concluir, porque meu tempo já está terminando. Ninguém suporta uma taxa de juros dessa magnitude...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — A elite não paga imposto, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — ...nem uma carga tributária em que, de cada cem reais recebidos, quarenta sejam destinados ao pagamento de impostos. Em outro país, de cada cem reais, pagam-se apenas doze em tributos. É diferença de arara para capivara. Não é possível manter um país em que, por todos os lugares, encontramos placas de “vende-se” ou “aluga-se”. Adquiri um imóvel no centro de Campo Grande, com um salão de mais de duzentos metros quadrados e quatro apartamentos na parte superior. Investi quinhentos mil reais na reforma e, após seis meses, ainda não consegui alugá-lo nem por um valor muito baixo, porque muitos estabelecimentos comerciais estão fechando. Hoje, com o Mercado Livre, a pessoa faz uma compra em São Paulo e recebe o produto em casa na manhã seguinte, por um preço muito menor. A economia está mudando. Estamos em outra era, a era da inteligência artificial e de novos modelos de negócio. É disso que o deputado Caravina está tratando. Existe o desejo de duplicar e conceder a MS-040, no trecho em direção a Santa Rita do Pardo. Ele solicitou, ao menos, a realização de melhorias para evitar mortes, porque a rodovia sequer possui acostamento. Não estou torcendo contra, estou apenas dizendo a verdade. Sou produtor rural, e hoje não tenho coragem de entrar em um banco e tomar um centavo emprestado para plantar, sem saber se o clima ajudará e se o preço das commodities melhorará, porque não há como equilibrar os custos

com a produtividade. O País atravessa um de seus piores momentos. Eu vivi a Revolução de 1964...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Que revolução?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Vivi a crise de 1979 e várias outras crises no País, mas, em oitenta e seis anos de vida, nunca vi o Brasil tão desmoralizado como está hoje.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pare de exagerar.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Esse é o meu ponto de vista. O diálogo é importante, porque cada um deve respeitar o pensamento do outro. Se Vossa Excelência pensa de forma diferente, eu penso da maneira que estou expondo aqui. Para encerrar, deputado Caravina, veja o absurdo: vivemos em um país sem segurança jurídica. Chegamos à Suprema Corte e, todos os dias, surgem denúncias, procedimentos e acusações de proteção a determinadas pessoas. Ainda bem que há um ministro relatando agora a questão dos desvios no INSS e o caso do Banco Master, no qual, segundo se noticia, o PT estaria envolvido. Esse banco teria surgido na Bahia, a partir de negócios relacionados a sacolões e cestas básicas, e depois se transformado em uma instituição financeira envolvida em toda essa situação. Portanto, deputado Caravina, quero destacar as dificuldades enfrentadas por nós, produtores rurais, que trabalhamos no campo para pagar uma carga tributária de quarenta por cento...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não paga imposto.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Quarenta por cento daquilo que produzimos.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quem paga é o pobre.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — E não conseguimos fechar as contas. As pessoas estão vendendo tudo. Basta percorrer o centro de Campo Grande ou o centro de Dourados para constatar essa realidade. Conversei com o prefeito e disse: “Prefeito, reduza o IPTU do centro da cidade, porque o centro vai morrer.” Os aluguéis são muito caros e o IPTU chega a ser dez vezes maior do que na periferia. Por isso, o comércio, na tentativa de sobreviver e competir com plataformas como o Mercado Livre, está se transferindo para os bairros periféricos. Ninguém consegue suportar os tributos cobrados atualmente no centro da cidade. É por essa razão que vemos tantos imóveis com placas de “aluga-se”, “vende-se” ou aceitando qualquer tipo de negociação. Não há como obter retorno financeiro. O País está estagnado. Fala-se que o desemprego caiu para cinco por cento. Parabéns. Diz-se também que o salário mínimo foi reajustado. Mas o que representam mil e seiscentos reais? Se uma família utilizar esse valor para pagar aluguel, energia elétrica e água, não terá dinheiro para se alimentar. Com mil e seiscentos reais, pagando quinhentos reais de

energia, quinhentos de aluguel e mais as demais despesas, o dinheiro acaba. E onde fica a alimentação? Não sobra recurso para comprar comida. Para concluir, deputado Caravina, quero falar sobre a situação absurda de insegurança jurídica vivida no País. Em Rio Brilhante, foi criado um conselho...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência permite-me um aparte? Pelo amor de Deus!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Já concedi um aparte. Depois, Vossa Excelência poderá utilizar as Explicações Pessoais, e eu o ouvirei com o maior prazer e paciência. Em Rio Brilhante, criaram um conselho da Funai. É como colocar as próprias galinhas em um galinheiro entregue aos cuidados da raposa. Criaram um conselho ligado à Funai para estudar a demarcação de terras indígenas. Ou seja, é a própria Funai que realiza os estudos. Há naquela região a fazenda do senhor Raul, amigo pessoal do meu querido colega Zeca do PT. O título da propriedade do senhor Raul — pai do Raulzinho, do PT — remonta a muitos anos. Vossa Excelência já o defendeu nesta Casa. Ele faleceu com mais de oitenta anos...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Respeite a memória do homem. Ele já morreu.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Se o senhor Raul faleceu, que Deus o tenha no céu. O que quero dizer é que o título de sua propriedade data de 1846, um título paroquial emitido lá na Paulista. Os indígenas invadiram propriedades na região de Douradina, atravessaram o rio e ocuparam a fazenda do senhor Raul, assim como a fazenda do senhor Silveira, que foi vice-prefeito de Dourados. As áreas permanecem ocupadas. Como vivemos em um país marcado pela insegurança jurídica, o senhor Raul não conseguia sequer colher a própria lavoura. O deputado Zeca do PT, que era amigo dele, chegou a ajudar na retirada dos ocupantes. Contudo, no dia seguinte, um procurador providenciou ônibus, com o apoio do Cimi, e eles retornaram à propriedade. A fazenda continua ocupada, assim como a do senhor Silveira. Agora estão realizando estudos na região e pretendem, deputado, criar uma área que acompanha o curso do rio Brilhante, segue até as proximidades do pedágio e abrange cerca de vinte e dois mil hectares. Querem retirar toda essa área da economia do município de Rio Brilhante para transformá-la em reserva indígena. Imaginem o impacto disso. Que valor terá o título de propriedade emitido pelo próprio Estado? Quando a República foi proclamada, foram reservados sessenta quilômetros na faixa de fronteira, e o restante foi colocado à disposição dos governadores para que promovessem a ocupação e o desenvolvimento do território. Foi assim que se formou este grande Estado de Mato Grosso do Sul. Mas onde está a segurança jurídica no campo? O que está acontecendo no País é uma vergonha. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, estabeleceu condicionantes e tratou do marco temporal de 1988. As áreas ocupadas por indígenas naquela data deveriam ser demarcadas dentro dos parâmetros definidos. Agora, porém, busca-se aplicar a tese do indigenato, retomando situações de 1923 e utilizando interpretações ideológicas defendidas por

entidades e antropólogos. É semelhante ao que mencionou o deputado Paulo Duarte sobre as rodovias. O minério transportado naquela região deveria seguir por via fluvial. Vossa Excelência sabe por que isso não ocorre? Porque seria necessário utilizar dragas para desobstruir três pontos do rio, retirar a areia do leito e depositá-la nas margens, permitindo a passagem das embarcações. Sabe por que isso não é autorizado? Porque os órgãos ambientais não concordam. É um país em que não dá para você viver trabalhando e produzindo sem ter segurança jurídica, porque você não manda no que é seu. E você não consegue trabalhar em um país ideologicamente só de esquerda; você não consegue trabalhar, não consegue produzir, não consegue ter paz sem segurança jurídica. Qual é o maior problema hoje do Brasil? Segurança pública. É todo dia bandido matando, apreensão de fuzil. É uma falta de vergonha neste país. Você não tem sossego. Você não sabe se o seu filho sai à noite para estudar e se volta, você não sabe. Lá em Dourados estavam roubando não sei quantas caminhonetes por semana. Ainda bem que nós temos um secretário bom e fomos atrás. E você sabe quem é que estava roubando? Um enfermeiro que trabalhava no hospital. Era o chefe da quadrilha que roubava caminhonetes. Arrumar isso aí é uma coisa absurda. Parece que o povo perdeu o respeito. É a mesma coisa do feminicídio, deputado Junior Mochi. Todo santo dia nós estamos aqui falando de feminicídio: que morreu, que matou... Vamos mudar hoje, o Congresso vai melhorar a pena da Maria da Penha, vai aumentar a pena, mas o que vai adiantar? Nada. Vai continuar a mesma coisa se não tiver leis rígidas. Esse negócio de preso... Quando se fala em um salário mínimo aqui de R\$ 1.630,00, lembramos que o preso ganha R\$ 1.800,00. É melhor então você matar e ir para a cadeia, porque ganha mais do que ficando solto. Quer dizer, alguém tira a vida do seu filho, vai lá para a cadeia e depois recebe R\$ 1.800,00 por mês, com um custo absurdo nessas penitenciárias que não educam ninguém, que não ressocializam ninguém. Você coloca o bandido na saidinha e ele volta a fazer roubo e a matar antes de voltar para a prisão. É uma legislação em que se prende hoje e o Judiciário solta amanhã. Se não houver medidas mais rígidas neste País, capazes de levar as pessoas a pensar no futuro, no fortalecimento da família, no progresso e no desenvolvimento, não conseguiremos avançar. Deputado Zeca do PT, meu colega, vou trazer a Vossa Excelência os dados sobre a carga tributária do Paraguai e também sobre o custo da energia elétrica produzida pela mesma Usina de Itaipu.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vocês não pagam imposto aqui. Fazendeiro não paga imposto neste País, Zé. Quem paga é o pobre.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado. Vossa Excelência dispõe de dois minutos e quarenta segundos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Considero importante esse debate. O deputado Zeca é meu colega e, apesar das divergências, somos amigos de coração. Somos vizinhos e produtores rurais. Juntos, possuímos quase três mil hectares, não é, Zeca?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — É verdade. Vamos assumir publicamente: o senhor oferece os seus quatro mil hectares, eu ofereço os meus duzentos, e entregamos tudo aos indígenas. Vossa Excelência aceita?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Como assim?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O senhor oferece os quatro mil hectares que possui naquela região, eu ofereço os meus duzentos, e entregamos a área para a criação de uma comunidade indígena. Aceita?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Não. Sabe o que eu aceito? Aceito que o Governo Federal compre legalmente minha fazenda pelo valor venal.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Ah, pelo valor venal? Porque esse valor costuma ser muito baixo.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Deixe-me falar. Aceito que o Governo Federal compre minha fazenda e, em vez de manter os indígenas como massa de manobra, divida a propriedade em lotes de dez alqueires e os entregue àqueles que desejam trabalhar, progredir, criar suas famílias, ter uma caminhonete e uma boa casa. Que seja concedida a escritura aos indígenas.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pelo valor venal.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Que não mantenham o indígena tutelado apenas para utilizá-lo...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Veja o que o senhor disse: pelo valor venal. Vai vender pelo valor venal?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Claro.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Aquele valor declarado, normalmente muito abaixo do valor de mercado, para fins de Imposto de Renda?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Valor venal é o valor correspondente ao hectare pelo qual se paga ou se compra. Senhor presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Quero registrar e agradecer a presença do senhor Josmail Rodrigues, prefeito do município de Bonito, Mato Grosso do Sul; do senhor José Carlos dos Santos, mais conhecido como Cascatinha, da região de Piraporã, em Itaporã; do nosso amigo Reinaldo Pecini, vereador do município de Itaporã; e do senhor Miguel Filho, o Miguelzinho, também de Itaporã. Muito obrigado pela presença em nosso Plenário. Agradeço também, com muito

carinho, a presença do vereador de Campo Grande Riverton Francisco de Souza, o professor Riverton, aqui presente em nosso Plenário; do vereador Armindo, pescador do município de Coxim; e do senhor Dênis Diogo. O pessoal do Cerimonial demorou para registrar seu nome, Dênis — deve ter algum problema em casa —; de todo modo, parabéns e obrigado pela visita ao nosso Plenário. Seja sempre bem-vindo. Registro ainda a presença de representantes de Fátima do Sul, o aniversário do deputado Lidio Lopes e a presença de nosso líder, eterno líder, deputado Londres Machado. Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário em exercício, deputado João César Mattogrosso, se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado João César Mattogrosso - PSDB) — Senhor presidente, estão presentes vinte e quatro deputados. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registra-se a presença da totalidade dos deputados, no Plenário físico e no ambiente virtual. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Por inversão da pauta, votaremos inicialmente o Item 3. Enquanto faço o registro do item, quero agradecer a presença do senhor César Moretti, vereador do município de Paranaíba, presente em nosso Plenário. Projeto de Lei nº 092/2026. Autor: deputado Gerson Claro. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a Costelada da Integração do CTG Campos da Vacaria, realizada no município de Sidrolândia". Trata-se de um evento social que reúne milhares de pessoas no município de Sidrolândia. As demais informações constam da justificativa apresentada. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Trata-se da Costelada da Integração, senhores deputados. Desde já, convido todos para que, no próximo ano, se Deus quiser, estejamos novamente aqui e possamos participar da costelada promovida pelo CTG Campos da Vacaria, em Sidrolândia. Encerrada a discussão. Em votação, senhores deputados, pelo painel eletrônico. Deputada Gleice Jane, Vossa Excelência ainda não votou. Deputado Paulo Corrêa. Deputado Lidio Lopes, em votação. Coronel David. Deputado Lucas de Lima, em votação. Deputado, estamos votando o Item 3. Sei que Vossa Excelência é admirador da cultura gaúcha. Trata-se do projeto referente ao CTG Campos da Vacaria, de Sidrolândia.

Projeto de Lei nº 092/2026, de autoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (Republicanos).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - Republicanos) —
Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Vou passar a presidência para o vice-presidente, deputado Renato Câmara, para a votação dos outros dois projetos.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução 022/2026. Autor: deputado João César Mattogrosso. "Concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 022/2026, de autoria do deputado João César Mattogrosso.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Segundo-secretário — deputado João César Mattogrosso (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Consulto o segundo-secretário em exercício sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado João César Mattogrosso - PSDB) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado o projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor José Eduardo Cheminkuri. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 090/2026. Autora: deputada Lia Nogueira. "Dispõe sobre a equiparação da fissura labiopalatina e das anomalias craniofaciais congênitas às deficiências físicas, para efeitos jurídicos, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo Modesto. Em discussão...

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Para discutir, com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Presidente, esse projeto de lei partiu de uma escuta, mas também de uma construção junto com a Funcraf, que é uma entidade de referência no tratamento e no atendimento às crianças com deformidade congênita, também chamada de fissura labiopalatina. É uma forma que a gente tem de fazer com que o estado possa reconhecer essas crianças como pessoas com deficiência, para que elas possam ser inseridas em políticas públicas de inclusão, de acompanhamento das pessoas com deficiência e também nos benefícios que são concedidos por lei. São crianças que nascem com essa deformidade, e isso atrapalha, implica no desenvolvimento delas. Muitas crianças têm dificuldade de fala, outras não conseguem nem se alimentar. E nós temos uma incidência em Mato Grosso do Sul que é um dado preocupante: uma boa parcela dessas crianças que nascem com essas deformidades são crianças indígenas. Hoje, existe um atendimento que é prestado pela Funcraf e, só para a gente ter uma noção do quanto essa demanda aumentou, até dezembro de 2025 a Funcraf mantinha dois mil cento e quarenta e seis pacientes ativos em acompanhamento na linha de cuidados da fissura, atendendo todo o Mato Grosso do Sul. Só que, ao longo de 2025, a instituição contabilizou sete mil trezentos

e cinquenta e cinco atendimentos a pacientes e realizou vinte e quatro mil duzentos e quarenta e sete procedimentos via SUS. Então, é um projeto de lei que vem para que a gente possa acolher essas crianças, ter um olhar de sensibilidade e permitir que elas sejam inseridas no rol das pessoas com deficiência em Mato Grosso do Sul, garantindo acompanhamento com equipe multidisciplinar e um atendimento mais humanizado a essas crianças. Obrigada, presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não é para discutir, apenas para parabenizar a deputada Lia Nogueira. É importantíssimo esse projeto. No momento em que você equipara as anomalias às deficiências físicas, você garante àqueles que têm o problema o acesso a recursos, garante um atendimento diferenciado, e isso faz com que a gente consiga, além de prestar um atendimento melhor, promover, obviamente, a justiça social com relação a esse grupo, que hoje cresce cada dia mais e é extremamente importante para a sociedade. Parabéns à deputada. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 090/2026, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado João César Mattogrosso (PSDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado João César Mattogrosso - PSDB) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: dezesseis indicações e quatro moções de congratulação. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Item 5. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento da senhora Zilda de Oliveira Santos. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo Modesto, em coautoria com a deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento da senhora Cristina de Matos Oliveira. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Jamilson Name. Transferida. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Invocando a proteção de Deus, não havendo mais matérias a serem tratadas, declaro encerrada a presente Sessão (11h13min).